INSERIR LOGO DA INSTITUIÇÃO

Nomes

tema

SÃO PAULO

2017

NOMES

TEMAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à NOME DA INSTITUIÇÃO, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em direito.

Orientador:

São Paulo

2017

nome do(s) autor(es) São ordem alfabética

A obejtividaDE na relação de consumo.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à INTEITUIÇÃO, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado.

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

Prof(ª). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(ª). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(ª). Titulação Nome do Professor(a)

Dedico este trabalho...

(OPCIONAL) (fonte 12)

**AGRADECIMENTOS** (**OPCIONAL)**

Elemento opcional. Texto em que o autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho. (Fonte 12)

RESUMO

Elemento obrigatório, consiste em texto condensado do trabalho de forma clara e precisa, enfatizando os pontos mais relevantes como natureza do problema estudado; objetivo geral; metodologia utilizada; resultados mais significativos; principais conclusões, de forma que o leitor tenha ideia de todo o trabalho. Deverá conter no máximo 500 palavras, é escrito em parágrafo único, sem citações, ilustrações ou símbolos.

**Palavras-chave: Palavra 1; Palavra 2; Palavra 3; Palavra 4; Palavra 5.  
*(Obs.:*** São palavras ou termos que identificam o conteúdo do trabalho. *Deixe o espaço entre o resumo e as palavras-chave. Escreva de três a cinco palavras chave, com a primeira letra em maiúscula e separada por um ponto-e-vírgula.)*

ABSTRACT

Deve ser feita a tradução do resumo para a língua estrangeira.

***Key-words*: Word 1; Word 2; Word 3; Word 4; Word 5.**

(**Obs.:** Siga as mesmas considerações do Resumo)

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES (OPCIONAL)**

**Figura 1** – Título da figura 00

**Figura 2** – Título da figura 00

**Figura 3** – Título da figura 00

**Figura 4** – Título da figura 00

**Figura 5** – Título da figura 00

**LISTA DE TABELAS (OPCIONAL)**

**Tabela 1** – Título da tabela 00

**Tabela 2** – Título da tabela 00

**Tabela 3** – Título da tabela 00

**Tabela 4** – Título da tabela 00

**Tabela 5** – Título da tabela 00

**LISTA DE QUADROS (OPCIONAL)**

[Quadro 1 – Níveis do trabalho monográfico 16](#_Toc426098529)

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS (OPCIONAL)**

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

NBR Norma Brasileira

**SUMÁRIO**

[1 INTRODUÇÃO 13](#_Toc456020573)

[2 título do capítulo 14](#_Toc456020574)

[3 TÍTULO DO CAPÍTULO 17](#_Toc456020575)

[4 título do TERCEIRO capítulo 19](#_Toc456020576)

[CONsiderações finais 20](#_Toc456020577)

[REFERÊNCIAS 21](#_Toc456020578)

# INTRODUÇÃO

O presente projeto propõe elucidar e aperfeiçoar o entendimento quando se referencia a aplicação da responsabilidade civil objetiva nas relações consumeristas,

A carta magna em seu artigo 5°, inciso XXXII, traz a defesa do consumidor pelo Estado como uma garantia constitucional. E ainda, em seu art. 170, inciso V, a nossa Carta Magna prevê a defesa do consumidor como um dos princípios que promoverão a justiça social.

Para equiparar e equilibrar a relação de consumo no ano de 1990 a lei 8078 conhecida como código de defesa do consumidor, trouxe uma evolução significativa no ordenamento jurídico regulando este instituto.

Este trabalho busca trazer elementos configurando a responsabilidade objetiva, prescindida de culpa para dar nexo ao dano, essa teoria foi adotada pela lei 8078 setembro de 1990.

Este trabalho trará origem, os elementos, aplicação do código de defesa do consumidor, as respectivas responsabilidades civis, as excludentes de responsabilidades, prescrição e decadência desse instituto.

## Problema de Pesquisa

Devido ao grande número de consumidores muitas vezes por falta de conhecimento quando são destinatários finais adquirem produtos, os produtos não atendem a finalidade ao qual se destinavam ou pior causam diversos problemas neste caso: A quem pertence a responsabilidade quando ocorre uma exceção na relação de consumo e quais os tipos de responsabilidade a ser aplicada?

## Objetivos do Trabalho

Geral:

Analisar as responsabilidades civis na relação de consumo.

Específicos:

Averiguar as responsabilidades objetiva.

Averiguar as responsabilidades subjetivas.

Reconhecer quando ocorre danos à saúde.

Identificar o prazo para a resolução do conflito.

.

# título do capítulo

ORIGEM DA LEI N. 8.078/90

O Código Civil LEI No 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002, e o Código de Defesa do Consumidor LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990. Renovaram a área dos contratos. O Código de Defesa do Consumidor empenhou um papel muito importante para que ocorresse essa mudança no que tange a relação de contrato fundamentada no Código Civil de 1916.

O código de defesa do consumidor visa equilibrar em pé de igualdade as partes nas relações de consumo”, pois o consumidor é considerado parte vulnerável, hipossuficiente nessa relação.

Fornecedor trabalha na constituição de mercadorias, fazendo milhares o que acaba acontecendo falta de especiosamente não tendo como averiguar e analisar individualmente devido a produção em grande escala o que acaba sendo plausível é interessante pois esse fator diminui os custos o que possibilita o aumento da produção.

Em tona, o direito do consumidor nasce com o objetivo de equiparar as relações de consumo, pondo em mesmo pé de igualdade o consumidor quando comparado ao fornecedor.

Com fundamento na teoria da qualidade, a Lei 8.078/90 impõe ao fornecedor o dever de oferecer produtos e serviços que atendam à legítima expectativa dos consumidores (MARQUES, 2006, p.1148). “*A infringência dessa obrigação genérica origina a responsabilidade civil*”, facultando ao consumidor o direito de perseguir em juízo a devida reparação (GONÇALVES, 2015, p. 21).

ELEMENTOS DA RELAÇÃO DE CONSUMO

A relação de consumo, é um negócio jurídico celebrado com fulcro na lei 8078/90, código de defesa do consumidor, configurando elementos subjetivos, o credor, devedor, e o consentimento a vontade deve prevalecer para que o acordo seja realizado sem vícios, ou que causa dano prejuízo em ambas as partes. Já o elemento objetivo é a efetivação do negócio realizado entre as partes concretizando formalizando um negócio jurídico, esses bens pode ser e o bem, seja móvel, imóvel, corpóreo ou incorpóreo, objeto mediato da relação de consumo.

BENS MÓVEIS

Com fulcro no Artigo . 82 do código civil preleciona que: São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.  Os bens móveis por intelectual, “*pois embora incorporados ao solo, são destinados a serem destacados e convertidos em móveis*”. (STOLZE, 2007, p.364).

BENS IMÓVEIS.

Com fulcro no Artigo . 79 do código civil preleciona que: São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.

BENS CORPÓREOS

Bens corpóreos são os bens possuidores de existência física, são concretos e visíveis. Exemplos de Bens corpóreos, podem ser: uma janela, casa, automóvel, porta, entre outros.

BENS INCORPÓREOS

Bens Incorpóreos, são bens abstratos não percebemos a existência física, resumidamente, não são concretos. Exemplos que podemos destacar são aqueles já esposados por César Fiúza, como: direitos autorais, crédito, vida, saúde, liberdade, entre outros.

Detalhado as características para que seja caracterizada uma relação de consumo se faz necessário, a presença dos elementos subjetivos e ao menos um dos elementos que compõe os elementos objetivos.

RELAÇÃO DE CONSUMO

A relação de consumo é composta por dois personagens sujeito ativo que é o consumidor este se beneficiando da norma e sujeito passivo que é o fornecedor esse devendo cumprir os deveres que recais sobre a norma. Isso fundamentado na lei Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 Código de Defesa do Consumidor. O qual traz a segurança jurídica.

Preleciona a professora Maria Helena Diniz, “as normas de direito apenas regulam comportamentos humanos dentro da sociedade, resguardando a vida e a segurança jurídica” (Diniz, 2007, p.22).

Preleciona Carlos Roberto Gonçalves, “A responsabilidade pode resultar da violação tanto das normas morais como jurídicas, separadas ou concomitantemente tudo depende do fato que configura a infração” (Gonçalves, 2015, p20)

CONSUMIDOR

De acordo com o código de defesa do consumidor com fulcro no artigo segundo:

Art. 2° Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Para Maria Helena Diniz, em seu Dicionário Jurídico, temos a seguinte definição: “*1.* Pessoa física ou jurídica que adquire ou usa produto ou serviço como destinatário final. 2. Coletividade de pessoas que intervêm numa relação de consumo. 3. Aquele que consome. 4. O que compra produtos para uso próprio, sem intenção de revendê-los para obter lucro.”

Existem duas correntes doutrinárias que trata a respeito da interpretação e extensão conferida à expressão destinatário final: os finalistas e os maximalistas.

Finalista: preleciona que o produto ou serviço deve cumprir todas as etapas da cadeia econômica até chegar ao seu destino final, que tem como detentor o consumidor. Sendo assim, o consumidor é aquele que adquire o produto para uso próprio, não englobando no conceito de consumidor o profissional que adquire o bem para o uso em sua profissão.

Corrente maximalista: O consumidor também pode ser o profissional, desde que retire o produto do mercado e o use como destinatário final.

O superior tribunal de justiça adota a teoria finalista partindo-se sempre do exame da vulnerabilidade do consumidor, o que abre algumas exceções.

FORNECEDOR

De acordo com o código de defesa do consumidor com fulcro no artigo terceiro:

Art. 3° Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1° Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2° Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

# CONsiderações finais

As considerações finais devem levar a reflexão dos leitores quanto aos objetivos propostos para o trabalho e se os mesmos foram alcançados, e caso não o tenha sido o porquê de não ser possível.

Deve-se escrever de forma sintética, clara e ordenada os principais pontos abordados ao longo do trabalho. O autor deve ficar atento para não apresentar dados quantitativos, muito menos dados novos que não foram discutidos ao longo dos capítulos. Neste item deve-se ainda apresentar propostas de trabalhos futuros.

# REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. D. **Introdução a metodologia de trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Código civil** anotado. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, Maria Helena**. Curso de direito civil brasileiro**, v. 1 : teoria geral do direito civil / Maria Helena Diniz – 22 ed. rev. atua. de acordo com o novo Código Civil – São Paulo : Saraiva, 2005.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**  **volume IV** responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2015.

ZAPATER Tiago Cardoso Vaitekunas**. Responsabilidade objetiva e solidária no CDC**. Disponível em: http:www migalhas.com.br Acesso em: 04 outubro. 2016

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A**

Nome do Apêndice

**ANEXOS**

**ANEXO A**

Título do Anexo